



## GRITO DOS EXCLUÍDOS E FORA BOLSONARO: AS RUAS DEVEM SER OCUPADAS PELOS TRABALHADORES



Na data de 07 de setembro, desde 1995, acontece a ocupação das ruas pelas manifestações do Grito dos Excluídos. Este ano, a classe trabalhadora tem motivação de sobra para levar às ruas, também, a palavra de ordem: “Fora Bolsonaro e todo o seu governo”. Além do aumento da miséria e da fome, que atingem quase 19% da população, do desemprego, que bate a casa de 14%, a agenda das contrarreformas e das privatizações avança no Congresso Nacional. A bola da vez é a entrega da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) para o capital internacional, mesmo diante dos lucros exorbitantes que a empresa gerou em plena pandemia e da sua importância para a integração nacional. A Reforma Administrativa, PEC 32, em tramitação na Câmara dos Deputados, se aprovada, retirará direitos essenciais da população ao destruir e transferir para a iniciativa privada, serviços que devem ser obrigatoriamente ofertados pelo Estado, como Saúde e Educação.

Se, para a classe trabalhadora, a ocupação das ruas no 7 de setembro é uma atitude de luta por direitos, cresce, por parte da direita, ameaças de retaliações. E elas não se limitam aos blefes de grupos bolsonaristas, que invadem as redes sociais com

chamadas para atos e ameaças de confrontos contra aqueles que historicamente lutam por direitos e pelo fim das desigualdades. Em São Paulo, o governador João Doria (PSDB), que se diz oposição à Bolsonaro, tentou, por decreto, proibir a classe trabalhadora de ocupar as ruas no dia 7, ao mesmo tempo em que autorizou os atos antidemocráticos dos apoiadores de Bolsonaro, que pedem intervenção militar no País, a ocuparem a Avenida Paulista, principal local de manifestações nacionais. A atitude da coordenação do movimento Fora Bolsonaro de manter o chamado para o ato no dia 7, no Vale do Anhangabaú, fez a Justiça paulista intervir, decidindo pela inconstitucionalidade do decreto de Dória.

A classe trabalhadora nas ruas no 7 de setembro, mais que ampliar o Grito dos Excluídos, reafirma a necessidade da derrubada do governo de Jair Bolsonaro pelas mãos do povo, nas lutas pelos direitos dos povos indígenas, pelo direito à comida e à vacina. Participem, acompanhem a agenda dos atos nas suas cidades.

Todos às ruas, pelos excluídos e pelos direitos da classe trabalhadora.

**Fora Bolsonaro!**

## EM SÃO PAULO, DÓRIA QUER PASSAR SUA BOIADA



Assim como Bolsonaro, João Dória(PSDB), governador de São Paulo, se aproveita da pandemia para “passar a boiada” sobre os serviços públicos. A aligeirada adoção do Novo Ensino Médio irá ampliar drasticamente a desigualdade educacional entre os filhos de ricos e os filhos de pobres, além submeter os profissionais da educação ao trabalho precarizado. E, para provar ao mercado financeiro que sua política econômica é a mesma de Bolsonaro, Dória encaminhou o Projeto de Lei Complementar (PLC) 26/2021 à Assembleia Legislativa do estado no último dia

06 de agosto. Trata-se da Reforma Administrativa estadual que traz ataques violentos aos direitos conquistados pelos servidores em suas lutas.

Eleito como Bolsodória, sua política é a mesma de Bolsonaro, embora hoje se faça de oposição. É preciso barrar o conjunto das políticas neoliberais que levam à destruição dos empregos, dos direitos trabalhistas e dos serviços públicos que atendem à população. Essa luta deve ser organizada nas ruas, em greves e ocupações.

**Não ao PLC 26 de Dória  
Não à PEC 32 de Bolsonaro**

## EMPRESÁRIOS DA SAÚDE PRESSIONAM POR REBAIXAMENTO DO PISO NACIONAL DA ENFERMAGEM



O Projeto de Lei 2564 /20, que visa regulamentar o Piso Salarial Nacional e a jornada de trabalho da Enfermagem, está sob forte pressão de grupos empresariais, que querem aumentar seus exorbitantes lucros com a Saúde. No último dia 25 houve uma reunião no Senado, com as participações de empresários do setor e dos Conselhos profissionais. As entidades sindicais nacionais estiveram em menor número e sem espaço para participarem do debate. No entanto, tanto o Conselho Federal da Enfermagem, Cofen,

como os Conselhos Regionais, Corens, mostraram disposição para negociar o rebaixamento do valor do piso previsto na proposta original. Foi debatida também a possibilidade de exclusão das parteiras e da regulamentação da jornada, prevista para 30 horas no texto original. Essa proposta, ruim, debatida no Senado, ainda pode ser piorada pela Câmara dos Deputados.

Os sindicatos devem realizar assembleias com a categoria para explicar as tentativas de rebaixamento da proposta e organizar a luta pelos interesses dos trabalhadores. Saúde não é mercadoria!

## PORTO SEM PAPEL (PSP): TECNOLOGIA SERPRO NOS PORTOS BRASILEIROS



O Porto Sem Papel é um exemplo de evolução tecnológica, no cenário da transformação digital, que facilitou a administração do setor portuário e seus usuários. Com cinco novas funcionalidades, o sistema está propiciando, por exemplo, que os diversos formulários que regulam e autorizam o acesso e estadia de navios nos portos brasileiros sejam reduzidos a um único documento eletrônico, o Documento Único Virtual, ou DUV.

Desenvolvido pelo Serpro em 2011, o sistema faz o controle de acesso das embarcações na costa brasileira e as cinco novas funcionalidades garantirão mais eficiência, além de economia de milhões para o setor portuário. O sistema tem reduzido o tempo de permanência das embarcações nos portos em até 25% e a reunião de todas essas informações em uma base única de dados permitiu uma maior transparência e uma gestão mais eficiente dos portos.

É por estas e outras que o SERPRO não pode ser privatizado!